

PLANOS DE CONSERVAÇÃO
do ensino à prática, da academia
aos canteiros de obras

Jorge Eduardo Lucena Tinoco

Volume 55

2013

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 55

SÉRIE 2 – GESTÃO DE RESTAURO

PLANOS DE CONSERVAÇÃO

do ensino à prática, da academia aos canteiros de obras

Jorge Eduardo Lucena Tinoco



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Silvio Mendes Zancheti, Diretor Geral
Raquel Borges Bertuzzi, Diretor

Conselho de administração

Virginia Pontual, Presidente
Rosane Piccolo Loretto, Conselheira
Evelyne Labanca Corrêa de Araújo, Conselheira
Ricardo Cavalcante Furtado, Conselheiro
Frederico Faria Neves de Almeida, Conselheiro

Suplentes

André Renato Pina Moreira
Tomás de Albuquerque Lapa
Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro

Conselho fiscal

Norma Lacerda Gonçalves, Presidente
Barbara Cortizo de Aguiar, Conselheira
Vânia Cristina Silva Cavalcanti, Conselheira

Suplentes

Maria de Fátima Gusmão
Furtado Fernando Diniz Moreira
Laura Karina Nobre Alecrim

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Natália Vieira
Mônica Harchambois
Rosane Piccolo Loretto

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda - PE
53020-130 - Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3439 3445
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autores: Jorge Eduardo Lucena Tinoco

Título: PLANOS DE CONSERVAÇÃO - do ensino à prática, da academia aos canteiros de obras

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão - Série 2 - Gestão de Restauro

Local e ano de publicação: Olinda, 2013

ISSN: 1980-8259

PLANOS DE CONSERVAÇÃO – do ensino à prática, da academia aos canteiros de obras

Jorge Eduardo Lucena Tinoco *

Resumo: A comunicação trata da necessidade de se implantar políticas públicas de conservação do patrimônio cultural construído que contemplem planos de gestão da conservação. Tais planos são documentos técnicos de planejamento que estabelecem políticas de administração para o uso adequado dos espaços e dos componentes construtivos, bem como da manutenção periódica dos imóveis de valor cultural. Tem como finalidade a garantia para a sociedade da integridade física do edifício e dos valores de significância do bem cultural que se quer preservar. Apresentam-se os contextos internacional e nacional para a adoção de planos de conservação como instrumento de planejamento estratégico para a preservação com a responsabilidade quanto à sustentabilidade das ações ensejadas nas intervenções de requalificação, restauração etc.. Mostra que a modelagem dos planos de conservação tem a orientação básica em dois pilares: na proteção às características de significação do edifício, relacionando aos valores culturais pelos quais é reconhecido e na garantia ética do respeito à autenticidade e integridade do bem. Apresenta os casos do CECI nas implementações dos planos de São Francisco e da Basílica da Penha como importantes laboratórios de pesquisas aplicadas para se construir reflexões sobre as questões dicotômicas entre o ensino e a prática, entre o pensamento acadêmico e a ação nos canteiros de obras. Conclui que os planos de conservação devem focar a conjugação de objetivos, metas e esforços dos gestores com as diretrizes institucionais de proteção do patrimônio.

Palavras chave: plano de conservação, gestão da conservação, manutenção periódica, manutenção preventiva.

Introdução

Desde os primeiros programas governamentais de conservação do patrimônio cultural construído, a partir do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste do Brasil (1973)¹ até os mais recentes como o Programa Monumenta/BID (2000)² e o PAC das Cidades

* Arquiteto, especialista em conservação e restauro de monumentos e conjuntos históricos (UFMG, 1978), responsável técnico do CECI. Esta comunicação foi apresentada no Encontro Internacional ArquiMemória4 sobre Preservação do Patrimônio Edificado, realizado em 14 e 17 de maio de 2013, na cidade de Salvador, Bahia (BR), promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), através do Departamento da Bahia (IAB-BA). Publicações impressa e eletrônica das comunicações: ISBN 98-85-66843-00-2 (Caderno); ISBN 98-85-66843-01-9 (DVD)

¹ Programa da antiga Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN/PR, que posteriormente foi denominado de Programa de Cidades Históricas - PCH. “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória”, publicado em 1980 pela Fundação Nacional Pró-Memória, do então Ministério de Educação e Cultura.

Históricas (2009)³, as políticas públicas no Brasil privilegiaram ações a margem da conservação dos valores intrínsecos às edificações e aos lugares onde estão inseridos. As “vocações” das edificações e conjuntos objetos das intervenções ficaram, e ainda ficam a reboque das políticas públicas muitas vezes adversas e da expertise dos profissionais de plantão nas entidades encarregadas da salvaguarda do patrimônio. Tal atitude contribui para a perda de valores significativos de autenticidade e integridade de monumentos e conjuntos históricos.

Os projetos de conservação são rotineiramente dissociados das ações periódicas e contínuas da gestão e das manutenções preventivas e corretivas da edificação. Essa assertiva é fácil de verificar ao examinar o Manual de Elaboração de Projetos⁴ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Não se encontram nesse guia orientações técnicas quanto à produção de um plano de gestão da conservação ou outro documento que garanta a sustentabilidade das ações propostas e quiçá das atividades de rotinas de inspeções e manutenções. Ainda que timidamente e restrito, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES passou a solicitar aos candidatos de apoio financeiro do Banco para projetos culturais os seguintes elementos complementares para análise das propostas⁵:

1. *Apresentação de plano de custeio, com indicação de fontes de receitas previstas para manutenção da utilização principal do bem.*
2. *Apresentação de plano de manutenção (física) do monumento, por prazo de no mínimo três anos após o restauro, com indicação de fontes de receitas previstas.*
3. *Apresentação de plano de segurança (antifurto, anti-incêndio, etc.).*
4. *Definição de, no mínimo, uma ação de caráter cultural complementar ao restauro que objetive: incremento turístico local, incremento da sustentabilidade financeira do monumento, geração de emprego e renda; capacitação de mão-de-obra; ou educação patrimonial.*
(CHAGAS, 2013)

Sendo uma importante agência financiadora de projetos em monumentos e conjuntos históricos no Brasil, é provável que essa conduta do Banco estimule as entidades públicas colocar a a-

² Programa estratégico do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o apoio da UNESCO procurou garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/>>. Acesso em: 20 fev.2013.

³ Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas foi instituído em 2009. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/noticia/b125fb32>>. Acesso em: 20 fev.2013.

⁴ Disponível em:

<http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20elaboracao%20de%20projetos_1168630291.pdf>. Acesso em: 20 fev.2013.

⁵ Email de 27 fev. 2013, de Flavia Barros das Chagas, Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo do BNDES, pedindo informações complementares ao Projeto de Restauro da Igreja de São Pedro, Olinda, PE.

apresentação de planos de gestão da conservação em suas pautas de exigências. Isto porque a ausência de parâmetros e custos de manutenção numa edificação de valor cultural é uma prática lesiva aos cofres públicos e a poupança privada. Muitas das edificações e conjuntos construídos, contemplados pelo então Programa PCH nas décadas de 1980 e 1990, receberam vultosos recursos financeiros quando da implantação do Monumenta a partir do ano de 2000 para, novamente, serem requalificados e restaurados. Neste sentido, algumas perguntas podem e devem ser feitas nesta ocasião:

- *Quanto está custando ao Erário Público a manutenção de cada edificação ou conjunto construído requalificado e restaurado pelo Monumenta?*
- *Há dentro do PAC-Cidades Históricas ações previstas para edificações ou conjuntos construídos que anteriormente foram já objeto de ações do Monumenta ou do PCH?*
- *Quantos projetos aprovados e já em andamento pelo IPHAN e PAC-Cidades Históricas possuem um plano de gestão da conservação?*

Estas perguntas evocam questões importantes quanto a maneira como se procedem as políticas públicas no Brasil há muito apresentadas pelo CECI e discutidas quando da realização do XII Congresso da ABRACOR⁶.



Fig. 01 – Presidente Lula e ministros lançam PAC das Cidades Históricas em Ouro Preto (MG). Fonte: Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/galeria_noticias/21>. Acesso em: 20 fev. 2013.

1. CONTEXTOS INTERNACIONAL E NACIONAL

No contexto internacional, a adoção de planos diretores ou de gestão da conservação, como instrumento de planejamento estratégico para preservação de edificações de valor cultural, remonta às tradições britânicas de registro e estudos das construções antigas pelas Royal Commissions

⁶ Comunicação apresentada por Sílvio Zancheti (CECI) na plenária “Preservação do Patrimônio Cultural – Gestão e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas”, durante o XII Congresso ABRACOR, realizado em Fortaleza, Ceará - 28 ago. a 1 set. 2006.

na Inglaterra, Escócia e País de Gales. Entretanto, foi na Austrália onde se desenvolveu uma das melhores metodologias para elaboração de planos de conservação, fundamentado nas cartas de Nara e de Burra — o plano do Opera House de Sydney⁷. O autor desse plano, James Semple Kerr, arquiteto australiano, já pesquisava sobre o tema da gestão da conservação desde o início da década de 1980, quando publicou “The Conservation Plan”⁸. Ao longo de mais de duas décadas, seus estudos permitiram às academias da Europa e dos EEUU elaborar análises, revisões e ampliações dessa modelagem metodológica. Na Grã-Bretanha, foi a partir da Conferência de Nara (1994)⁹, da implementação do Heritage Lottery Fund (1994) e da Carta de Burra (1999) que o Reino Unido começou adotar, dentre as exigências para receberem apoio do HLF, comprovações quanto as garantias à integridade e autenticidade do bem cultural, inclusive, e principalmente, após o processo de restauro e reocupação. O plano de gestão da conservação passou a ser um documento indispensável de acesso aos recursos públicos.



Fig. 02 – Opera House de Sidney, Austrália. Fonte: Sidney.com.au. Disponível em: <http://www.sydney.com.au/operahouse.htm>. Acesso em: 20 fev.2013.

O cenário brasileiro para o planejamento de ações de intervenções em edificações de valor cultural ainda está restrito aos sítios e conjuntos históricos, através de capítulos dedicados nos planos diretores de cidades. Os trabalhos que o CECI tem desenvolvido podem contribuir para a am-

⁷ KERR, James Semple, “Management Plan for the Sydney Opera House”. New South Wales Government - Department of the Environment and Heritage, Austrália. Disponível em: <<http://www.environment.gov.au/epbc/assessments/bilateral/pubs/soh-managementplan.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2005.

⁸ Atualmente na 7ª edição (revisada e ampliada): “Conservation Plan - A Guide to the Preparation of Conservation Plans for Places of European Cultural Significance”. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Conservation-Plan-7th-Edition.pdf>>. Acesso em: 7 mar.2013.

⁹ “A responsabilidade por este patrimônio e seu gerenciamento pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou, e secundariamente àquela que cuida dele.” Conferência de Nara (1994). Disponível em: <www.icomos.org.br/002_001.html>. Acesso em: 26 fev.2013.

pliação desse quadro, pois se fundamentam em estudos realizados em teses de mestrado, doutorado e pós-Doc por seus associados, no âmbito da Academia, bem como na prática junto as entidades que aceitaram essa “nova” maneira de pensar e agir sobre seus edifícios históricos.

Desde 1997, o CECI pesquisa e produz planos de conservação quer através dos cursos ITUCAL e do Gestão de Restauro¹⁰ ou pela realização de seminários internacionais e nacionais¹¹, seja também pela realização de trabalhos a partir de demandas por instituições privadas. Entre 2005 e 2009, o CECI elaborou planos de conservação de conjuntos construídos para os religiosos frades Franciscanos e para os Capuchinhos, em parceria com o World Monuments Fund – WMF, a Fundação American Express e o Governo do Estado de Pernambuco, através do FUNCULTURA/Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. Tratou-se de ações inovadoras no âmbito da conservação e restauro de edificações, particularmente no Nordeste do Brasil.

Os planos de conservação executados pelo CECI foram desenvolvidos com uma visão de longo prazo, buscando garantir os valores culturais, especialmente a mensagem espiritual franciscana cuja informação foi legada por todos aqueles que contribuíram para a edificação de seus respectivos patrimônios. Tiveram por finalidade favorecer a gestão desses conjuntos à manutenção dos valores culturais, fazendo uso de políticas e práticas apropriadas de intervenções de administração, obras de restauro e serviços de manutenções preventivas e corretivas. (ZANCHETTI et al, 2009)

2. MODELAGEM DOS PLANOS

A primeira experiência do CECI na elaboração de um plano de conservação para uma edificação isolada de valor cultural foi em 2005, a partir da demanda dos Franciscanos em saber sobre as possibilidades de usos e de retorno econômico-financeiro do seu conjunto construído na cidade de Olinda, monumento histórico, cuja fundação remonta à primeira metade do século XVI. A maior preocupação dos frades era com os elevados custos da manutenção, associado à baixa ocupação e exploração dos espaços do convento. A intenção mais viável que os frades vislumbravam era de

¹⁰ “Curso Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina”, nove edições, aplicado em parceria com a UFPE em nível de pós-graduação lato-sensu (360horas); “Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural”, treze edições, aplicado em parceria com a UFPE em nível de extensão/capacitação (390horas).

¹¹ “Seminário Internacional Sobre Conservação Urbana”, seis edições, realização trienal do CECI em parceria com a UFPE, IPHAN, CNPq, CAPES, WHC/UNESCO; 1º Seminário da Rede Conservação/BR - A Conservação do Patrimônio no Brasil (Teoria e Prática), seminário nacional, realizado em Olinda, 2012 em parceria com o MDU/UFPE.

arrendar o cenóbio e a sua cerca conventual para uma empresa do ramo da hotelaria, numa atitude semelhante aos carmelitas da cidade de Salvador (BA)¹². A demanda inicial dos frades ao CECI foi de estudar a viabilidade e potencialidades de uso e exploração do conjunto construído. O plano denominou-se Plano Diretor do Conjunto Franciscano de Olinda – PD/São Francisco¹³. A partir dessa experiência, posteriormente, seguiram-se o Plano de Conservação da Basílica de Nossa Senhora da Penha – PC/Penha (2006) e o Plano Estratégico para Uso e Ocupação do Convento Franciscano de Sirinhaém – PE/Sirinhaém (2008).

A orientação básica seguida nos três planos fundamentou-se em dois pilares: na proteção às características de significação do edifício, relacionando aos valores culturais pelos quais é reconhecido e na garantia ética do respeito à autenticidade e integridade do bem. Os planos não foram elaborados apenas como estudos de viabilidade para a adaptação e reutilização ou como programas de reparos. Tampouco, trataram-se de documentos técnicos que informaram que esse ou aquele lugar eram de períodos tais e quais da história e que, portanto, devem ser preservados. Os planos tiveram abrangências nas linhas de ações técnicas, políticas e econômicas.

O modelo desenvolvido pelo CECI fundamentou-se na experiência acadêmica dos seus associados envolvidos nos projetos e teve como documento norteador o plano do Opera House. Os planos contemplaram quatro fases básicas, específicas e articuladas: o conhecimento do lugar; avaliação da significância; estudos sobre os impactos potenciais; as propostas das políticas de conservação.



Fig. 03 – Esquema das fases da elaboração do Plano de Conservação. Fonte: British Columbia/Heritage Branch (2011)

¹² Hotel Pestana Convento do Carmo, localizado no Pelourinho, Salvador, BA.

¹³ Disponível no website do CECI: www.ceci-br.org/ceci/br/cooperacao/trabalhos/plano-diretor.html

Cada fase desse modelo é constituída pela produção de pesquisas e documentos técnicos aptos a acompanharem as inevitáveis mudanças e transformações da edificação e, provavelmente, dos atores da gestão, num horizonte de, no mínimo, vinte anos:

- a) *O conhecimento do lugar descreve principalmente a localização e a ambiência onde está inserida a edificação, assim como relaciona o regime jurídico da propriedade, os aspectos referentes aos atos e vínculos legais urbanísticos, à tutela de proteção às características arquitetônicas e artísticas;*
- b) *A avaliação da Declaração de Significância, documento que descreve por que um lugar é importante, identificando as vulnerabilidades e explicando sobre os valores e a significação cultural, bem como a importância para a sociedade e aos grupos dentro da comunidade a qual pertence¹⁴;*
- c) *Os estudos dos impactos potenciais e das mitigações envolvem: as verificações quanto aos ataques biofísicos e socioeconômicos com a identificação das características (negativas e positivas, físicos e ambientais), as extensões (pontuais, envolventes e gerais), a duração (curto, médio, longo prazos e permanentes), a intensidade (baixas, moderadas e altas), os efeitos cumulativos e os prognósticos, etc.;*
- d) *As propostas das políticas de conservação contemplam os estudos e as definições que estabelecem a harmonia¹⁵ entre uso e significância, apresentando um conjunto de medidas para o favorecimento das tomadas de decisões (visão, diretrizes, objetivos, definições de ocupações e novos usos, fluxogramas e hierarquias de espaços e volumes, cenários e potencialidades, sistemas e custos de implantação e gestão, monitoramento e controle). (TINOCO, 2010)*

3. CASES

As implementações do PD/São Francisco e, particularmente, do PC/Penha foram importantes laboratórios de pesquisas aplicadas para se construir reflexões sobre as questões dicotômicas entre o *ensino* e a *prática*, entre o *pensamento* acadêmico e a *ação* nos canteiros de obras. O CECI no período de 2007/2013 vem executando ações previstas no PD/São Francisco, citando-se: a conservação do forro da sacristia e o restauro do retábulo da Capela de São Roque, ambas na Ordem Terceira. Na Basílica, este autor¹⁶, entre os anos de 2007 a 2012, executou várias ações de conservação, restauro, inspeções e manutenções, bem como de capacitação profissional previstas no PC/Penha.

¹⁴ A Declaração de Significância é um documento que afere o *porquê* e *para quem* um lugar deve ser preservado. Ele não deve ser elaborado apenas por especialistas. É fundamental que os usuários do bem cultural se manifestem sobre as percepções quanto aos valores históricos, estéticos, significados espirituais, sociais, culturais, científicos transmitidos pelas gerações passadas, para a garantia às presentes e futuras.

¹⁵ A título de digressão, este autor prefere o uso da palavra *harmonia* em detrimento de *equilíbrio* pelo fato de a primeira expressar melhor a conciliação das antinomias, enquanto que a segunda evoca perdas para a obtenção de estabilidade.

¹⁶ Atuando como responsável técnico do CECI e da Tinoco - OS&R.

Nesses Cases, levados ao público através de Textos para Discussão¹⁷ e comunicações em seminários e encontros, detalham-se os principais momentos e lições vividos e apreendidos pelas equipes.

3.1 Plano Diretor de Conservação do Conjunto Franciscano de Olinda

O PD/São Francisco foi, provavelmente, a primeira iniciativa no Brasil de alterar a prática do restauro enquanto intervenção de grande porte em monumentos que não levam em consideração os impactos de novos usos e as inevitáveis fragilidades e falências dos componentes construtivos antigos:

Os objetivos iniciais do plano foram – identificar os riscos e propor ações de prevenção e proteção do bem patrimonial e a segurança humana, bem como indicar as ações emergenciais de curto prazo; pesquisar a viabilidade de novos usos no Conjunto, e determinar um plano de massa para o caso de novas construções; identificar, descrever e orçar os projetos necessários para a realização da recuperação do Conjunto e delinear um plano de gestão e manejo da conservação patrimonial. (ZANCHETTI, 2005).

O plano foi desenvolvido para organizar um processo de longo prazo que permitiu aos proprietários do Conjunto Franciscano as seguintes informações de gestão: possibilidades para ampliação e inclusão de atividades que capacitem à geração de receita financeira capaz de cobrir os custos de manutenção e reparos; viabilização para remanejamento de área construída de modo a possibilitar a construção de auditório multiuso; estabelecimento do plano de ação da conservação para que, num horizonte de dez anos, o conjunto e os seus bens artísticos integrados estejam totalmente recuperados; implantação do Sistema de Inspeção e Manutenções Periódicas que, ao final da vigência do plano, venha substituir os trabalhos de restauração; criação um sistema de gestão compartilhado entre os membros proprietários¹⁸ no processo de conservação das edificações e seus atributos. Portanto, o plano para o Conjunto Franciscano de Olinda é um plano de gestão da conservação e de sustentabilidade de sua ocupação com a garantia da preservação da integridade e autenticidade do monumento.

Desde a entrega do plano à Província Franciscana, os frades vêm implementando as propostas elencadas. A ideia de transformar o convento em unidade hoteleira foi abortada, voltando à sua vocação de casa de formação religiosa. Os usos de alguns espaços internos foram reordenados, seguindo as recomendações do plano. O CECI uniu-se aos frades e aos irmãos terceiros de São

¹⁷ Publicação seriada com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana, da Gestão do Restauro e da Identificação do Patrimônio Cultural. Disponível no website: <http://www.cec-br.org/cec-br/publicacoes/textos-para-discussao.html> (último acesso em set/2012).

¹⁸ O Conjunto Franciscano de Olinda tem como proprietários a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Olinda e a Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil.

Francisco na busca de recursos financeiros para viabilizar as principais intervenções emergenciais de restauro. Neste sentido foram executados os seguintes projetos:

- *Renovação e ampliação do sistema de distribuição elétrica da Ordem Terceira (2007/2008), realizado com recursos financeiros da Fundação American Express, WMF e Prefeitura de Olinda;*
- *Conservação do forro (séc. XVIII) da sacristia da Ordem Terceira (2008), realizado com recursos financeiros da Fundação American, WMF e Prefeitura de Olinda;*
- *Conservação do retábulo (séc. XVIII) da Capela de São Roque da Ordem Terceira (2009), realizado com recursos financeiros do WMF e da Robert W. Wilson Challenge to Conserve Our Heritage;*
- *Conservação do forro da Capela dos Noviços (séc. XVIII) da sacristia da Ordem Terceira (2009/2010), realizado com recursos financeiros do Governo do Estado de Pernambuco, através do FUNCULTURA/ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE;*
- *Conservação do retábulo de N. Sra. da Soledade (séc. XVIII) da sacristia da Ordem Terceira (2010), realizado com recursos financeiros do WMF e da Robert W. Wilson Challenge to Conserve Our Heritage;*
- *Restauração do lavabo (séc. XVIII) em cantaria da sacristia da Ordem Terceira (2010), realizado com recursos financeiros do WMF e da Robert W. Wilson Challenge to Conserve Our Heritage;*
- *Projeto de restauração do Conjunto Azulejar (séc. XVII e XVIII) do Convento (2012/2013), realizado pela equipe do CECI;*
- *Conservação das sanefas e lápides da Capela dos Noviços e Sacristia da Ordem Terceira (2013), realizado com recursos financeiros do Governo do Estado de Pernambuco, através do FUNCULTURA/ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. (CECI, 2013, Relatório de Atividades)*

Nesses projetos foram seguidas as principais diretrizes do plano quanto às condutas de mínima intervenção para a garantia da autenticidade e integridade dos componentes construtivos e artísticos das edificações. Neste sentido, particular destaque vem sendo dado aos critérios



Fig. 04 – Conjunto Franciscano de Olinda. Foto: Prefeitura de Olinda, SEPACCTUR, 2003.

adotados pelo CECI nas intervenções dos forros e retábulos com discussões sobre os limites do restauro e os impasses projetuais. As questões básicas que se colocam são quanto à necessidade dos profissionais e entidades de restauro em privilegiar o aspecto estético de completude em detrimento das pátinas e perdas relevantes e quanto à escolha dos materiais sintéticos em oposição aos tradicionais:

O tratamento das lacunas em uma obra de arte, seja em objetos arquitetônicos, escultóricos ou pictóricos, tem resultado em soluções muito variadas, por vezes até opostas, no campo do restauro. Cesare Brandi aponta que tal variedade de soluções tem se dado pelo fato das lacunas serem tratadas empiricamente, quando na verdade deveriam ser objeto de uma decisão teórica. Mas, como promover uma aproximação suficiente da teoria com a prática do restauro, a ponto de se conseguir compatibilizar uma à outra? Como converter postulados teóricos em medidas ou diretrizes práticas? (ZANCHETI et al, 2009)

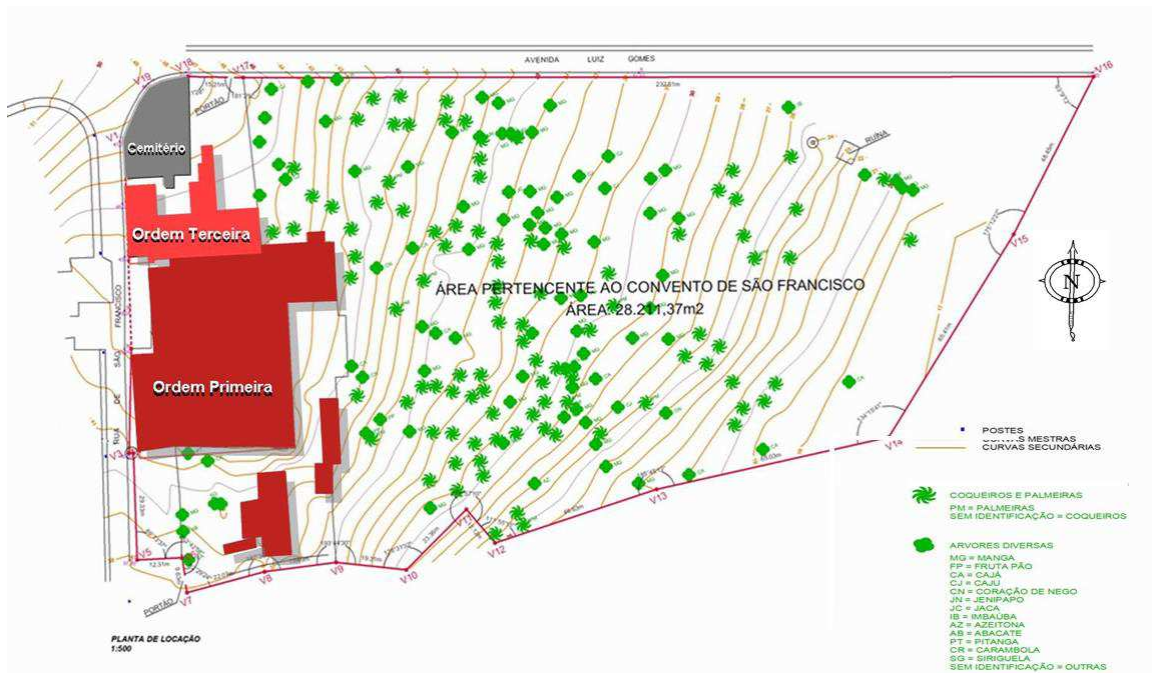


Fig. 05 – Planta de localização do Conjunto Franciscano e a cerca conventual. Desenho realizado pelo autor, 2005.

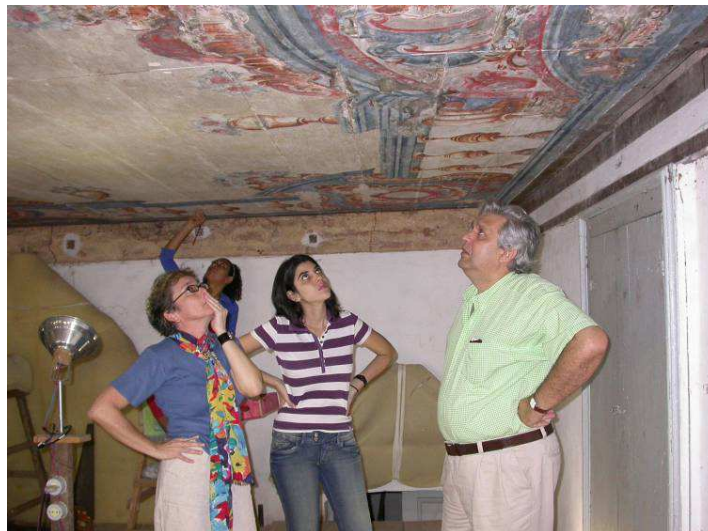


Fig. 06 – Conservação do forro da sacristia da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda - inspeção e orientação da equipe do CECI (Sílvio Zancheti, Rosane Picolo e Franciza Toledo). Foto realizada pelo autor, 2007.



Fig. 07 – Conservação do retábulo da Capela de São Roque da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda. Foto realizada pelo autor, 2008.



Fig. 08 – Conservação do forro da Capela dos Noviços (séc. XVIII) da sacristia da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda. Foto realizada pelo autor, 2009.



Fig. 09 – Conservação do retábulo de N. Sra. da Soledade da sacristia da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda. Foto realizada pelo autor, 2009.

O plano da Basílica consistiu na estruturação de ações de conservação integrada¹⁹, reunindo um conjunto orientações técnicas direcionadas às intervenções físicas em nível de restauro da edificação. O plano tratou da identificação dos atributos tangíveis e intangíveis significativos da Basílica a serem preservados, sinalizou as patologias e os danos mais evidentes, definiu os principais atores responsáveis pela sua conservação e meios para sustentabilidades atuais e futuras da conservação do edifício. Teve por objetivo oferecer subsídios aos Frades sobre as práticas protetivas de forma a instruir o pedido de tombamento em níveis estadual e federal, e de sugerir as alterações necessárias em seus Estatutos para o favorecimento das tomadas de decisões e implementação das ações.

O Plano teve como ponto de partida a Declaração de Significância da Basílica cujo orago de Nossa Senhora da Penha é a santa padroeira da Indústria e do Comércio da cidade do Recife. Essa declaração teve o intuito de evidenciar os valores essenciais materiais e imateriais atribuídos à edificação, associados à sua estrutura de templo e às suas práticas religiosas e sociais, merecedoras de ações de salvaguarda e proteção, garantindo sua permanência no tempo. Assim, abriu-se a possibilidade de se instituir uma rotina de monitoramento da conservação, capaz de assegurar a constante aferição e avaliação das mudanças pelo dia a dia do uso, estabelecendo estratégias para se garantir a salvaguarda do bem cultural num horizonte de até vinte anos.



Fig. 12 - Basílica da Penha. Foto realizada pelo autor, 2012.

¹⁹ Para o caso do patrimônio cultural construído, este autor define a *conservação integrada* com a conjugação de esforços técnicos, administrativos e políticos simultâneos para a realização de operações de salvaguarda da edificação com vistas a assegurar a sua integridade e os seus valores de significância.

O plano foi diferenciado dos outros dois elaborados para os Franciscanos de Olinda e Sirinhaém²⁰ devido à urgência para se eliminar os riscos de incêndio e desabamentos. A primeira etapa foi elaborada em quarenta e cinco dias. Um tempo recorde, considerando-se que a Basílica não possuía nenhum registro cadastral de plantas por mais elementares que fossem. A segunda etapa foi realizada quando da captação dos recursos financeiros junto aos governos estadual e federal e à iniciativa privada²¹ para a execução das obras.

O modelo elaborado e aplicado na primeira etapa constou dos seguintes documentos:

Apresentação; Declaração de Significância; Localização; Propriedade; Vínculos Legais e Normas de Proteção; Antecedentes Históricos; Origens da Localização; Origem da Consagração da Construção Religiosa; Cronologia dos Processos Histórico-Construtivos; Significância Histórica; Características Físicas da Edificação; Registros Cadastrais (planta-baixa, fachadas, cobertas, usos, bens integrados); Patologias e Danos; Autenticidade e Integridade; Gestão da Propriedade (caráter social da comunidade, sustentabilidade, conservação atual); Planilha de Orçamento (estimativas de custos); Cronograma Físico-Financeiro; Referências Bibliográficas; Glossário; Ficha Técnica. (TINOCO, 2006, p.04)

Na segunda etapa, o plano aprofundou com pesquisas e levantamentos a documentação produzida na primeira. Foram revisados, ampliados e elaborados os seguintes documentos:

Todas as plantas cadastrais, através de levantamentos minuciosos, inclusive simulações em virtuais em 3D das técnicas dos sistemas construtivos dos telhados e imagens em VR360º tour²²; o Inventário do Acervo dos Bens Arquitetônicos Integrados e Aplicados, bem como do acervo do mobiliário e das alfaias; os Projetos Complementares de Conservação e Restau-ro dos Elementos Artísticos com respectivas as Planilhas de Orçamento e Cronogramas²³; os Manuais de Inspeção e de Manutenção periódicas; as alterações do Estatuto e do Regi-mento Interno da PRONEB. (TINOCO, 2012, p. 08)

As alterações no estatuto da PRONEB, os manuais de inspeção e manutenção periódicas e as Fichas de Identificação de Danos – FIDs foram as peças em destaque, comparando-as com os outros dois planos citados. Sem estes documentos, não seriam viáveis ações planejadas de salvaguarda dos valores de significância da Basílica dentro dos preceitos da mínima intervenção e do respeito à autenticidade.

²⁰ Plano Diretor do Conjunto Franciscano de Olinda e Plano Estratégico para uso e ocupação do Convento Franciscano de Serinhaém. Disponível em: <<http://www.cec-br.org/cec-br/cooperacao/trabalhos/plano-diretor.html>> e em <<http://www.cec-br.org/cec-br/noticias/276-plano-estrategico-do-convento-franciscano-de-serinhaem.html>>. Acessos em 10 fev.2013

²¹ Governo do Estado de Pernambuco, através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE; Governo Federal, pelo MinC/PRONAC através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES e da OI Futuro; e doações de particulares pelos devotos de São Félix.

²² São imagens obtidas com câmeras fotográficas profissionais e especiais que possuem os recursos de HDR (High Dynamic Range). Sobre tour virtual, veja-se: <<http://www.vr360.com.br>>. Acessos em 13 fev.2013.

²³ No âmbito da PRONEB esses projetos estão denominados como PRONAC II e fazem parte dos atuais esforços para a captação dos recursos financeiros para conclusão do restauro da Basílica.

3.2.1 Alterações nos Estatutos

Estimulados pelo Acordo Brasil-Santa Sé, firmado em 2010 entre o Governo do Brasil e o Vaticano²⁴, que normaliza a responsabilidade compartilhada entre as pessoas jurídicas eclesásticas e o poder público, a PRONEB fez incluir nas alterações do Estatuto dos Capuchinhos o art. 51, onde “O Governo Provincial-Diretoria será assistido pela Comissão de Arte Sacra no âmbito da preservação do patrimônio cultural da Província” (PRONEB, 2012, p. 11). Essa comissão ficou responsável pela preservação dos bens patrimoniais de valor histórico e artístico, reconhecidos pelo poder público através do instituto jurídico do tombamento, além de aqueles classificados, tombados e registrados pela própria comissão no Livro do Patrimônio Cultural da Província. No Nordeste do Brasil essa é a primeira notícia que se tem da introdução de uma unidade dentro do organograma jurídico de uma ordem religiosa motivada para garantir a integridade e a autenticidade dos seus bens patrimoniais de valor histórico e artístico. Essa comissão já se encontra em atividade, tendo contratado um profissional com amplas habilidades nos principais ofícios tradicionais da construção, capacitado pelo CECI há mais de cinco anos, inclusive com participação nas obras de restauro da Basílica²⁵.

A comissão tem ao seu dispor os três volumes do Inventário

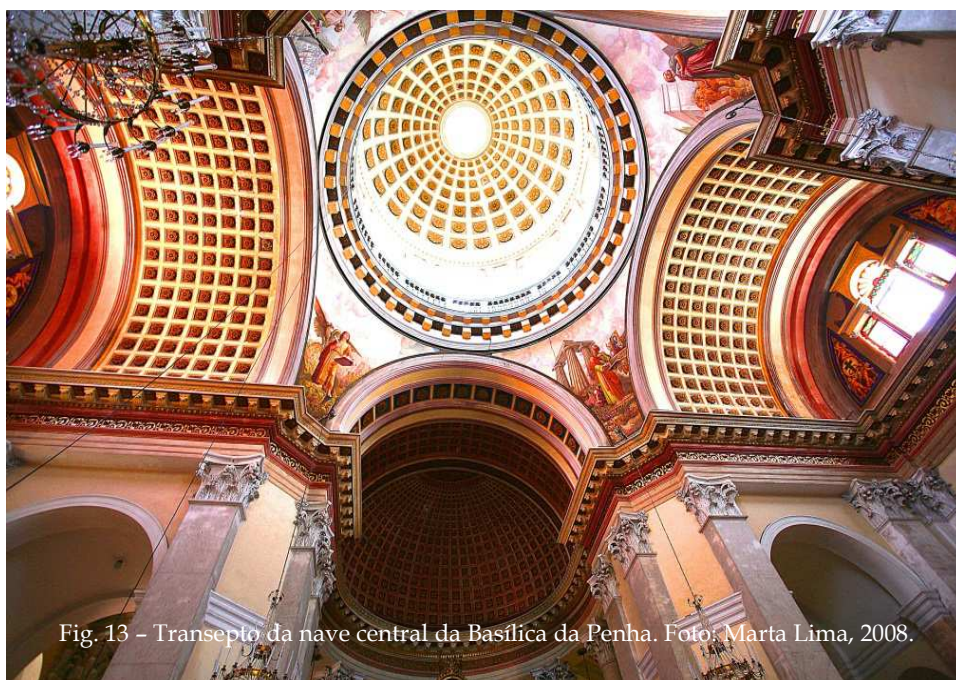


Fig. 13 – Transepto da nave central da Basílica da Penha. Foto: Marta Lima, 2008.

dos Bens Móveis e Integrados da Basílica da Penha, constando de plantas cadastrais, fichas catalográficas dos bens e os registros históricos do acervo²⁶.

²⁴ Acordo referente ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil, amparado pelas normas do Direito Internacional, firmado em 2010, cujo artigo 6º trata dos bens culturais da Igreja no Brasil, constituído pelo patrimônio histórico e artístico. BALDISSERI, L. e MARTINS Fº, I. G., 2012, p. 217)

²⁵ O mestre Cícero Benício da Silva foi o profissional mais adequado porque participou das obras de restauro da Basílica desde dez. 2007 até abr.2012. Aliás, o procedimento de se deixar em prédios ou conjuntos habitacionais recém-construídos uma *testemunha* ou *memória viva* das obras é uma prática corriqueira das administradoras de condomínio.

²⁶ TINOCO, Jorge E. L. et al.: *INVENTÁRIO DA BASÍLICA DA PENHA*, PRONEB, 2010.

3.2.2 Inspeções e manutenções periódicas

A busca do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades no âmbito das inspeções periódicas e de manutenções preventivas e corretivas em edificações de valor cultural fazem parte do rol de estudos do CECI desde o ano de 2005. Os trabalhos realizados no Conjunto Franciscano de Olinda e, particularmente, na Basílica da Penha vêm aprimorando as atividades das pesquisas aplicadas pela equipe do Gestão de Restauro.

Os manuais de inspeção e manutenção periódicas do PC/Penha estabeleceram as ações de rotina para orientar os frades e funcionários da Basílica em suas atividades como moradores e observadores dos espaços e dos componentes construtivos da edificação. Com um texto coloquial fornece orientações que buscam sensibilizar essas pessoas a criarem um olhar mais apurado, capaz de identificar pequenos sinais de degradação, possibilitando uma intervenção precoce e menos invasiva ao patrimônio²⁷.

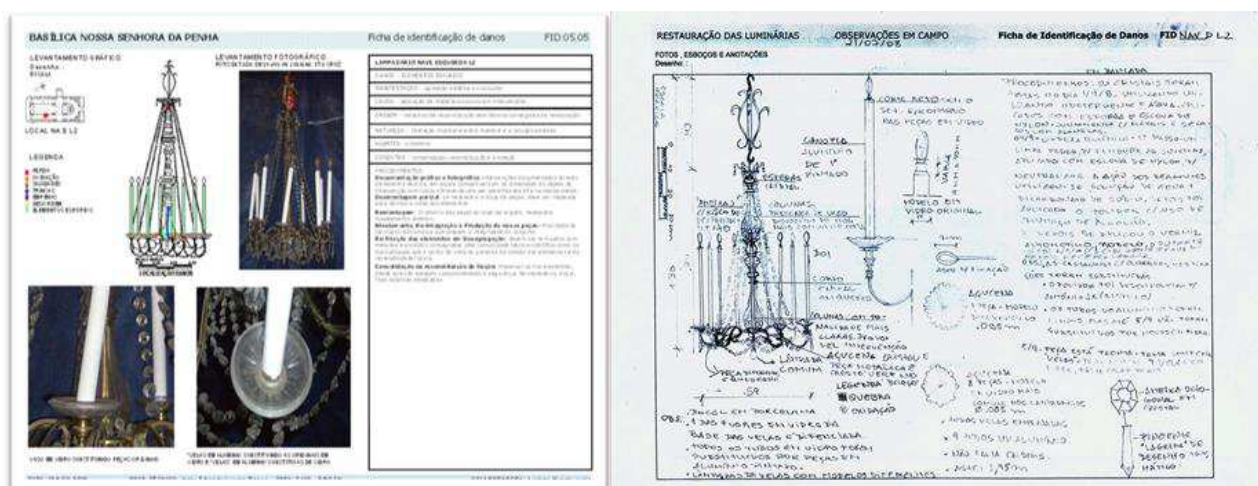


Fig. 14 – FID NAV/D-L2, candelabro em metal de 1926. Manual de Manutenção da Basílica, V. 01. Registro e Desenho: Luciana Nepomuceno, jul.2008.

Com o objetivo de se garantir a continuidade do monitoramento da vida útil dos componentes construtivos, através das coletas de informações, obtidas desta fase da elaboração do mapeamento de danos, passando pelas decisões e ações de intervenções, foram adotados os procedimentos desenvolvidos e recomendados pelo Curso Gestão de Restauro – o uso das FIDs. As Fichas de Identificação de Danos – FIDs²⁸ são documentos normalizados com registros e anotações gráficas e fotográficas sobre os danos existentes numa edificação. As FIDs contêm os registros principais pa-

²⁷ Mesmo modelo aplicado no Plano do Conjunto Franciscano de Olinda. (CECI, 2005, V. III, p.61)

²⁸ TINOCO, Jorge E. L.: *MAPA DE DANOS – RECOMENDAÇÕES BÁSICAS*, Textos para Discussão – Série 2: Gestão de Restauro, CECI, 2009. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao.html>>. Acesso em 20 fev.2013.

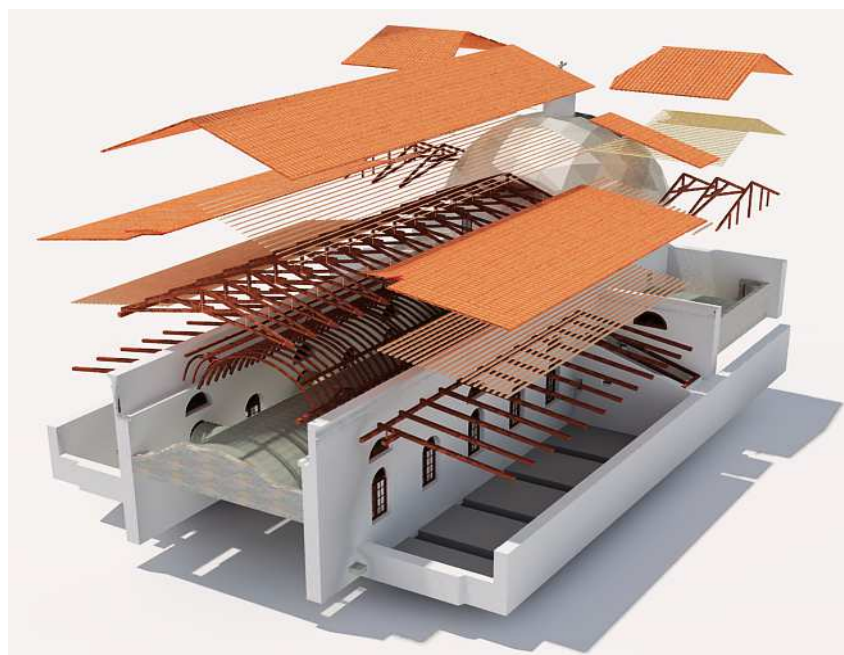


Fig. 17 – Estudo dos componentes construtivos dos telhados em 3D. Desenho: Marina Russel, 2009.



Fig. 18 – Megaestrutura de andaimes para o restauro da cúpula e instalação de pontos de acessibilidade para as manutenções. Foto realizada pelo autor, ago.2008

Alguns componentes para acessibilidade às áreas previstas de inspeções periódicas foram criados em razão das necessidades de manutenções: uma escada metálica de acesso ao topo da cúpula; os assoalhos nos intradorsos dos forros das naves central e laterais e da capela mor; iluminação acionada por sensores de movimento em todos os intradorsos dos telhados; sistemas de remoção de tábuas dos assoalhos para verificação das cabeças dos barrotes; sistema aberto para verificação das cabeças das asnas das tesouras de todos os telhados³⁰. Os trabalhos de inspeções de rotinas e as manutenções preventivas vêm sendo realizados conforme os calendários estabelecidos no Manual de Rotinas.

³⁰ As passarelas metálicas de acesso à todas as calhas, algeroz e cumeeiras ainda não foram executadas.

4. CONCLUSÕES

O plano de conservação é composto por um conjunto de documentos técnicos comprometidos com as ações integradas de curto, médio e longo prazos para a realização de atividades conservativas. Essas ações não podem se esgotar no projeto nem serem abordadas com a visão imediata da obra de restauro.

A eficiência e a eficácia do planejamento estratégico das ações de conservação do patrimônio são atestadas pela produção de planos diretores, de conservação e de gestão que envolvam, com comprometimento, os atores responsáveis pela preservação do patrimônio. Os planos devem focar a conjugação de objetivos, metas e esforços dos gestores dos imóveis com as diretrizes institucionais de proteção do patrimônio. O leque das tomadas de decisões planejadas e organizadas deve objetivar a garantia aos significados da edificação bem como a manutenção da integridade e autenticidade dos espaços e componentes construtivos. Neste sentido, destacam-se os manuais de inspeção e manutenção periódicos como os mais importantes documentos dos planos para a gestão e o monitoramento da conservação da edificação.

Encontros, seminários, publicação de artigos e outros meios de divulgação de experiências são oportunidades para se provocar uma visão de paradigma da transformação no pensamento dos profissionais e nas diretrizes institucionais. É necessário se exercer pressões sobre aqueles que detêm poderes de decisão, utilizando os discursos sensíveis da economicidade e da sustentabilidade que os planos possibilitam. Enquanto persistirem os valores dominantes do imediatismo das solenidades de aposição de placas pelos políticos ou de outras comemorações não haverá motivação suficiente para se reverter o *status quo* – o artigo 4º, da Carta de Veneza continuará como letra morta: “A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente”.

REFERÊNCIAS:

BALDISSERI, Lorenzo e MARTINS FILHO, Ives Gandra: **Acordo Brasil-Santa Sé – Comentado**. Editora LTR, São Paulo, 2012.

CHAGAS, Flavia B.: solicitação de informações complementares ao Projeto de Restauro da Igreja de São Pedro, Olinda, PE. BNDES, Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo, e-mail de 27 fev. 2013,

CLARK, Kate: **Conservation Plans - a guide for the perplexed**. Artigo publicado na Série Contexto nº 57, do Institute of Historic Building Conservation – IHBC, Reino Unido, 1998.

http://www.ihbc.org.uk/context_archive/57/perplexed/guide.html (último acesso em set/2012)

FEILDEN, B and JOKHILETO, J.: **Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites**. ICCROM, UNESCO, ICOMOS. Rome, 1993.

FLEXNER, Abraham: **The Usefulness of Useless Knowledge**. Harper's Magazine, 1939, in <http://library.ias.edu/files/UsefulnessHarpers.pdf> - acesso em jul/2012.

HLF - Heritage Lottery Fund: Disponível em: <<http://www.hlf.org.uk/>>. Acesso em: 20 fev.2013.

ICOMOS Brasil: **Conferência de Nara** (1994). Disponível em: <www.icomos.org.br/002_001.html>. Acesso em: 26 fev.2013

ICOMOS Brasil: **Carta de Burra**, Austrália (1999). Disponível em: <www.icomos.org.br/002_001.html>. Acesso em: 20 fev.2013.

ICOMOS: **Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, Itália, maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 20 fev.2013.

JONKER, Berdine: **Conservation Planning Methodology - Developing policies for the conservation of historic places**, British Columbia Heritage Branch, Canada. Disponível em: <https://www.for.gov.bc.ca/ftp/heritage/external/!publish/web/Conservation_Planning_Methodology.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2011.

KERR, James Semple., **Management Plan for the Sydney Opera House**. New South Wales Government - Department of the Environment and Heritage, Austrália. Disponível em:

<<http://www.environment.gov.au/epbc/assessments/bilateral/pubs/soh-managementplan.pdf>>.

Acesso em: 10 nov.2005.

LACERDA, Norma et al.: **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**, CECI, 2012. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/livros/164-livros.html>>. Acesso em: 20 fev.2013.

PRONEB - Província de Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil, **Estatutos Sociais**

TINOCO et al.: **Conservação de Forro do Século XVIII - Ataque de fungos e procedimentos de desinfecção**, Textos para Discussão, Série Gestão de Restauro, Vol. 45, CECI, 2010. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci/en/publicacoes/textos-para-discussao.html>>. Acesso em: 04 mar.2013.

TINOCO, Jorge E. L. et al.: **Inventário da Basílica da Penha**, PRONEB, 2010.

TINOCO, Jorge E. L.: **Plano de Gestão**, Apostila 38, Curso de Gestão de Restauro, CECI, 2008. Disponível em: <http://www.ceci.educacao.biz/_Sala/3850/_Secao/30655/_Aula/60850/_Passo/-1/_Pagina/Documento/DocumentoVisualizar.aspx?documentoId=79003&ass=96142779>. Acesso: apenas para alunos inscritos.

TINOCO, Jorge E. L. et al.: **Plano de Conservação Integrada da Basílica de Nossa Senhora da Penha**, CECI, 2006.

WORTHING, Derek e BOND, Stephen: **Managing Built Heritage - The Role of Cultural Significance**, Cap. 4, Conservation Plans. Blackwell Publishing Ltd.. Oxford, 2008.

ZANCHETTI et al.: **Os Limites do Restauro: Impasses Projetuais**, CECI, 2009, Textos para Discussão, Vol. 41, Série Gestão de Restauro. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo-para-download/category/2-cursos.html?download=74%3Atextos-para-discusso-v.-41>>. Acesso em: 4 mar.2013.

ZANCHETTI, Sílvio et al. 2005: **Plano Diretor do Conjunto Franciscano de Olinda**. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/en/cooperacao/trabalhos/plano-diretor.html>>. Acesso em: 20 fev.2013.

